



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



A Produção do Urbano pela Igreja Católica e a Secularização da Cidade de Pau dos Ferros - RN

The Production of Urban Space by the Catholic Church and the Secularization of the city of Pau dos Ferros - RN

***Antonio Carlos Leite Barbosa**, Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), antonio.leite@ufersa.edu.br*

***Ana Ligia Pessoa Sampaio**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), analigiasampaio@hotmail.com*

***Angela Lúcia Ferreira**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), angela.ferreira@pq.cnpq.br*

RESUMO

Na construção da cidade de Pau dos Ferros, desde a sua ocupação e fundação, a relação entre os agentes modeladores do espaço configura uma estrutura fundiária, carregada de significados oriundos do passado. A convivência e conivência da Igreja Católica com outros agentes ao longo dos séculos contribuíram significativamente para a formação da cidade, tendo como pano de fundo as transformações na sua configuração física e no processo de secularização do espaço urbano. Com a lei de terras no século XIX e leis de parcelamento do solo urbano no século XX, o patrimônio da Igreja ganha o incremento da renda da terra a partir da mudança nos usos, forma e função do solo mediante ação e coexistência dos diversos agentes produtores da cidade. Neste sentido, pretende-se discutir a atuação da Igreja Católica no processo de constituição de Pau dos Ferros, relacionando a produção do espaço urbano na cidade e seu processo de secularização evidenciando a ação dos agentes que a configuraram. A análise se dá a partir de uma perspectiva histórica da constituição, consolidação e domínio do patrimônio das terras pela Igreja Católica e sua relação com outros produtores do espaço. O estudo revela a hegemonia do poder eclesiástico combinado ao poder político como agentes norteadores na produção do espaço urbano em Pau dos Ferros, exultando num processo de secularização diferenciado alimentada pela consistente e constante atuação da instituição até os dias do hoje.

Palavras Chave: Agentes modeladores; Sacralização; Secularização; Propriedade Fundiária; Nordeste-Brasil

ABSTRACT

In the construction of the city of Pau dos Ferros, since its occupation and foundation, the relation between the agents modellers of the space configures a land structure, full of meanings from the past. The coexistence and connivance of the Catholic Church with other agents throughout the centuries contribute to the formation of the city and as background transformations in its physical configuration and on the process of secularization of urban space. With the nineteenth-century Land Law and urban land subdivision laws in the twentieth century, the Church's patrimony gains the income of the land from the change of use, form, and function in the land. That way, it is intended to discuss the role of the Catholic Church in the process of constitution of Pau dos Ferros, relating the production of the city's urban space and its process of secularization evidencing the agents that configured it. This analysis comes from a historical perspective of the consolidation and domination of the patrimony of the lands of the Catholic Church and its relation with other producers of the space. The study reveals the hegemony of ecclesiastical power combined with political power as guiding agents in the production of the urban space in Pau dos Ferros, exulting in a process of differentiated secularization fed by the consistent and constant performance of the institution to the present day.

Keywords: Modeling Agents; Patrimony; Sacralization, City.

INTRODUÇÃO

Pau dos Ferros, enquadrado na região do “Alto Oeste” do Rio Grande do Norte, revela características históricas que remete à formação e constituição das primeiras aglomerações no século XVIII, período marcado pela presença das ordens religiosas no território potiguar (TEIXEIRA, 2009). O povoado foi fundado em meados do século XIX com área territorial de 782 km² como freguesia do município de Portalegre. Doações de terras, na época eram frequentes, especialmente para aqueles que se dedicavam as atividades agropecuárias. Concessões de 696,96 há foram feitas à Paróquia¹ para erigir a primeira capela, representando o embrião que se tornaria mais tarde, o centro administrativo da cidade. Com a implantação da Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850² e a consequente mudança na forma de aquisição da terra, o patrimônio fundiário é transferido aos primeiros posseiros, que abriram vias secundárias e avenida principal dando maior fluxo ao movimento de pessoas e transporte da época.

A pequena povoação é elevada à categoria de Vila de Pau dos Ferros pela Lei n.º 344 de 4 de setembro de 1856 e no início do século XX, as ações empreendedoras da Paróquia e sua relação com os demais agentes³ se tornaram balizadores das transformações urbanas, modificando a paisagem da vila, seja no parcelamento de lotes para usos residenciais, ou até mesmo em intervenções urbanísticas nos bairros do São Benedito⁴ e São Judas Tadeu. Na perspectiva socioespacial, o cotidiano ocorria em torno da capela e largo dedicado às missas, festejos e lazer na Praça da Matriz na qual a Igreja exercia sua centralidade eclesiástica, seu poder simbólico, político e social, em uma sociedade que se transformava de forma lenta, mas contínua, apresentando crescimento populacional e aumento de atividades tipicamente urbanas e sua consequente elevação à categoria de cidade, concedido pela Lei nº. 5932 de 02 de dezembro de 1924.

Em meados do século XX a configuração espacial compreendia apenas 262km² em face de desmembramento de glebas para constituição de novos distritos como Rafael Fernandes, Água Nova, São Miguel, Luís Gomes, Riacho de Santana e Marcelino Vieira. Os 696.960,00m² do patrimônio, aproximadamente 40% da dimensão territorial do município, inicialmente, em posse das famílias tradicionais paufferense⁵, à medida que a cidade ganhava novos contingentes populacionais, aos poucos foi parcelado, forçando o surgimento de assentamentos mais próximos ao Largo e Igreja Matriz, como os bairros Paraíso, João XXIII, Riacho do Meio, São Vicente de Paulo, Alto do Açude e Frei Damião. Nos últimos trinta anos do segundo milênio e início do XXI com a valorização mercadológica da terra, empreendimentos imobiliários, conjuntos habitacionais e

¹ Registrado em Cartório 1.Ofício de Notas. Livro 3-C Transcrição de Transmissões, às folhas 273-v/274, sob número de ordem 3.363 no dia 08 de julho de 1963.

² Lei de Terras, que dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros autorizados o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.

³ A população dividida em categorias (os produtores do espaço, a saber, os de maior estatuto social compreendida pelas primeiras famílias posseiras que adquiriram o direito de uso das terras do patrimônio; a prefeitura que aos pouco negocia com a Paróquia a concessão do uso de terras para abertura de novas vias e melhoramentos urbanos e a população pobre que a passos lentos ocupava áreas em processo de expansão urbana no município entre o fim do século XIX e meados do XX).

⁴ Primeiro bairro constituído formalmente em Pau dos Ferros, no final do século XIX.

⁵ Carta Territorial da Paróquia Nossa Senhora da Conceição em Pau dos Ferros. Planta topográfica contendo 76 loteamentos distribuídos no patrimônio da Paróquia data de 1992.

loteamentos de terrenos foram construídos em áreas pertencentes à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição⁶ que, desde sua fundação em 1756, teve a cidade imbricada em sua propriedade, especificamente na área central e adjacências.

Em áreas mais distantes, notadamente na região norte do município o processo de expansão urbana foi oriundo do crescente comércio local e instalação de universidades públicas⁷ e privadas, trazendo para região, pessoas e moradores, que se instalaram no município, abrindo caminhos para o espraiamento com a implantação dos bairros residenciais Nações Unidas, Princesinha do Oeste, Zeca Pedro e Chico Cajá em terrenos, além-patrimônio. Na parte sul, no sentido Mossoró, observa-se também uma modesta extensão do tecido urbano, porém em constante crescimento, configurando Pau dos Ferros uma referência centro regional local, pela sua localização estratégica entre as Serras de Portalegre e São Miguel e por sua rede de comércio, atingindo municípios circunvizinhos dos estados do Ceará e Paraíba. No processo de produção do espaço urbano, a Igreja Católica, foi determinante na formação do território, ainda que este, tenha se originado com a sacralização da terra, mas ao passar dos tempos, o espaço assume outras formas e funções urbanas, imbricados pelo uso dos diversos agentes que construíram a cidade nos mais de duzentos anos de história. Neste sentido, o trabalho discorre sobre o processo de constituição da cidade de Pau dos Ferros pela Igreja Católica, trazendo para discussão a relação da produção do espaço urbano na cidade e seu processo de secularização através da ação dos diversos agentes que figuraram no cenário evolutivo do município.

Para apresentar os resultados do estudo, este trabalho está dividido em cinco itens, o primeiro falando sobre os agentes modeladores do espaço. Em seguida, no segundo item, discorre-se sobre a constituição do patrimônio da Igreja Católica no Brasil. Os três últimos tratam da discussão específica da cidade de Pau dos Ferros.

1. AGENTES MODELADORES DO ESPAÇO URBANO

O estudo da cidade agrega em particular uma estrutura de múltiplas relações espaço-temporais realizado em várias escalas e níveis com influências de temporalidades distintas. Pensar, de que modo os agentes produzem e reproduzem a urbe em sua essência, implica inicialmente na compreensão dos pressupostos socioculturais, econômicos e políticos oriundo das conexões dos fluxos de pessoas, mercadorias e, sobretudo pela ligação histórica que constituem o espaço urbano num longo processo de formação. Neste sentido na história urbana de nossas cidades, o período colonial, tem em seu *corpus*, um leque de possibilidades de estudos seja nas diferenças entre as formas de urbanismo hispânico versus urbanismo português na forma como se produziam as cidades do período colonial ou até mesmo na discussão sobre os agentes modeladores do espaço urbano que constituíram a estrutura fundiária urbana no Brasil. Um campo de pesquisas mais recente tem sido objeto de diversas investigações trazendo um novo aporte teórico para o entendimento da formação das primeiras cidades do império português nas colônias americanas, sobretudo no território brasileiro: A produção do espaço urbano pela Igreja. É por meio deste viés que este trabalho discorre no sentido de compreensão da constituição, manutenção e domínio da posse da terra, num longo e duradouro processo.

⁶ Informação cedida pelo Programa Acesso a Terra Urbanizada. Projeto em pesquisa e extensão, financiado com recursos do Ministério da Educação, Ministério das Cidades e Universidade Federal Rural do Semi-Árido Campus Pau dos Ferros – Rio Grande do Norte no período de 2014 -2016.

⁷ IFRN – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; UERN – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-Árido.

O estudo da produção do espaço urbano na perspectiva histórica perpassa pelo entendimento da dinâmica social de uma determinada configuração espacial. O exercício não segue, porém um padrão uniforme no tempo ou espaço, podendo ser agrupados segundo suas especificidades segundo suas relações de poder, acreditando-se que para cada tempo-espaço há uma necessidade de qualificação dos agentes e quanto mais precisa for apreensão dos seus interesses, mais amplo será o entendimento sobre a configuração espacial decorrente de suas ações (ANDRADE, 2013). Segundo Vasconcelos (1997), em sua análise, os agentes modeladores das cidades coloniais brasileiras, são a Igreja, subdividida em Clero Secular, Regular e as Ordens Leigas; o Estado, que era representado pela Coroa, e num plano mais local, as Câmaras; os agentes econômicos, com destaque para os proprietários rurais, os comerciantes, os artesões e em último plano, a população e os movimentos sociais.

No tocante a Igreja como um dos agentes, trataremos mais especificamente no curso deste trabalho. Entretanto, cabe destacar o campo de ação dos outros agentes no processo de constituição da cidade de modo subjacente à compreensão dos processos de acumulação capitalista da propriedade da terra. Dentre esses agentes, Vasconcelos (2010) menciona que o Estado durante a colonização do Brasil, detinha um papel importante na estruturação do território e um tanto complexo, embora permanecesse com funções restritas a função de líder estatal. Atuando nas atividades econômicas sustentava o funcionalismo do clero, atuando ainda nas obras defensivas e manutenção do exército. O Estado também atuava com um braço na atividade produtiva incentivando a produção de culturas como no caso de naves de guerra nos estaleiros reais.

2. A IGREJA CATÓLICA E A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO

Para compreensão do processo de acumulação do patrimônio da Igreja Católica no Brasil, é necessário fazermos uma breve explanação da estrutura hierárquica desse agente ligado ao Estado pelo Padroado e pelas ordens religiosas. Segundo Vasconcelos (2010) o Padroado era um acordo entre o Papado e a Coroa de Portugal, a qual recebia o dízimo relativo à Igreja Católica e ao mesmo tempo se responsabilizava pelas despesas no Brasil. O clero secular era composto pela altíssima hierarquia da Igreja, os bispos e arcebispos. Cabia a esta nobre parte da Igreja a normatização e organização dos sínodos. Outra parte do clero secular correspondia aos vigários e padres das matrizes e paróquias responsáveis pela administração direta das células menores da Igreja. A esta categoria, também podemos incluir os capelães militares nos engenhos e navios negreiros. Segundo (VASCONCELOS, 2010. p. 2) caberia ao Bispado:

O Bispado (ou Arcebispado) definia a localização da catedral e das igrejas matrizes, assim como delimitava as áreas territoriais correspondentes (paróquias). Essas divisões em paróquias serviram de base para a definição das freguesias, que influenciaram as consequentes divisões administrativas da cidade. As igrejas matrizes correspondiam aos núcleos das paróquias, tendo uma importante função social, tanto no que se refere ao local de encontros e sociabilidade, como no papel de registro civil.

Essa estrutura administrativa e política dentro da Igreja possibilitou a organização do sistema hierárquico eclesástico no Brasil colonial de modo substancial à constituição do patrimônio conquistado ao longo de toda a história urbana brasileira. O papel do Clero secular correspondia à vivência em comunidade, seguindo uma ordem religiosa. Além das atividades missionárias, o Clero Regular se dedicava ao ensino, e frequentemente necessitava de recursos para sobrevivência. Daí num contexto mais amplo dessa condição recebeu quantidades enormes de terras e bens vindo

dos fiéis: dinheiro, casas, fazendas, engenhos, gados e até escravos, (VASCONCELOS, 2010). As Ordens Leigas ou Ordens Terceiras se configuravam como independente da Igreja, embora estivessem intimamente ligadas a elas. As ordens leigas além de ajudar as paróquias nas atividades de evangelização funcionavam como bancos, financiando projetos particulares e possuía um grande número de imóveis urbanos destinados a prática rentista. Estas ordens eram compostas pelos leigos, homens, mulheres e associações civis que se ajudavam mutuamente na caridade coletiva. Uma característica das ordens terceiras era o pagamento de joias para entrada, implicando no impedimento de candidatos com poucas posses. Outro detalhe interessante é que um membro de uma ordem terceira podia se beneficiar de seus serviços em qualquer local do império português onde existisse a mesma ordem (MARTINEZ, 1979).

Neste cenário evidenciavam-se também outras denominações dentro da Igreja como no caso das irmandades, geralmente de prestígio menos elevado, que caracterizam uma divisão da sociedade colonial. Eram as irmandades que sustentavam as igrejas e capelas; As irmandades tinham especializações segundo a profissionalização de seus membros: clérigos, militares, artesãos ou até mesmo traficantes de escravos; Outra divisão bastante peculiar era a social e étnica: portugueses, brasileiros; mulatos; crioulos; africanos estavam divididos por etnias; e ainda eram estratificadas segundo o sexo. Todas elas faziam empréstimos e especificamente para os escravos, o faziam para compra de alforrias, (VASCONCELOS, 2010). Uma vez descrito a hierarquia da Igreja no tempo da colônia, nos interessa no campo da produção do espaço urbano, o foco especial nas ordens religiosas, sobretudo porque elas foram pioneiras na construção do espaço urbano das primeiras aglomerações. Demais agentes como o Estado, agentes econômicos e a população irão aparecer em nossa análise de modo adjacente, porém não menos importante, à compreensão da estrutura fundiária urbana brasileira.

No período colonial do Brasil, a relação entre a Igreja e o Estado ainda evidenciava muito da herança do sistema feudal, tendo na difusão da fé católica, a força motriz para o estabelecimento das cruzadas e grandes navegações colonizando várias localidades ao longo da costa americana, africana e asiática. Portugal tinha como estratégia, aportar nesses continentes aumentando assim, as possessões lusitanas fora do território português. Símbolo marcante desta empreitada, a bandeira do governo trazia a presença da representação eclesiástica, que sob a Ordem de Cristo, configurou-se importante elemento para estabelecimento dos primeiros contatos com os nativos mantendo na forma de uma nova cultura, a posse e o domínio da terra. O povo lusitano mantinha desde muito, a mesma mentalidade de seus reis, pois pertenciam a um reino católico, com uma Igreja forte, estabelecida e de muitas tradições. Entusiasmados pelo pensamento expansionista, e apoiado pelo contexto da Guerra Santa⁸ contra os turcos infiéis que dominavam Jerusalém (HOORNEAT, 1974), sobretudo na Península Ibérica onde o sentimento de guerra era bem mais presente não importando qual inimigo fosse, turco ou até mesmo os mouros, fizeram desta corrente cristã o ideário nacional com planos em direção ao novo continente, em busca do aumento da riqueza e poder da coroa. Para o império português, as terras conquistadas, as colônias, eram áreas a serem exploradas e não se configuravam como um novo território para uma nova sociedade num novo continente, mas sem dúvida alguma, fazer dos novos espaços conquistados, uma extensão da sociedade portuguesa com toda sua tradição, costumes, herança sociocultural e política, numa espécie de expansão e manutenção dos preceitos da terra mãe.

⁸ 1096 a 1272 - Conflito religioso da história da humanidade que ficou conhecido como as Cruzadas, ou a Guerra Santa. Papa Urbano II, convoca os católicos contra os turcos que dominavam Jerusalém. Teve como ponto em destaque, a reconquista da Península Ibérica, onde estão Portugal e Espanha, começaram as grandes navegações e o imperialismo Ocidental.

Observando a tradição da força católica no projeto de colonização consegue-se perceber que a coroa tinha um braço religioso muito forte atuando tanto no campo administrativo como também na dominação dos fiéis, através da sua ideologia cristã, fato este que em muito contribuiu para o acúmulo de terras e riquezas eclesiásticas durante todo o período colonial, onde o Estado e a Igreja estavam de mãos dadas e se completavam um com ou outro. Essa relação íntima entre a fé católica e o Estado, é muito bem posto no contexto de que em certos momentos do período colonial, se confundiam os poderes da coroa e com os da Igreja. Era desejo de Dom João III, rei de Portugal, que uma vez conquistada a terra estrangeira, os nativos teriam que se converterem à Santa Fé Católica, dando mais força a presença dos religiosos nessa época.

O vínculo entre o rei e a Igreja foi fundamental no processo de organização do território durante todo o império que começou há tempos atrás no início da expansão marítima portuguesa, tendo a Igreja como um agente financiador das grandes navegações e dos descobrimentos portugueses no século XV. A relação entre a Igreja e o Estado, contribuiu para que as ações do padroado estivessem nos campos político, econômico e também nas relações civis e sociais constituindo-se em marco conformador do espaço urbano na evolução das aldeias, arraiais e freguesias na colônia. Sobre essa perspectiva vale mencionar que no tocante a organização socioespacial da sociedade da época, no planejamento dos espaços, antes da fixação das aglomerações, era de importância primeiramente à demarcação do local onde seria construída a capela como referência na paisagem das cidades coloniais marcando o poder simbólico e administrativo do local.

Para o Estado, era muito propícia a convivência e convívio com a Igreja, até porque que um dos financiadores do projeto de expansão territorial de Portugal foram as ordens religiosas. As primeiras a chegar ao Brasil colonial de maneira permanente e organizada foram os jesuítas por meio da Companhia de Jesus em 1549 na cidade de Salvador durante a sua fundação. A ideia de fixação à terra se apoiava nos preceitos religiosos conferindo ao espaço urbano uma estrutura social e política que certamente trouxe benefícios não somente para a constituição e conformação dos primeiros núcleos urbanos, mas particularmente para a formação do patrimônio fundiário da Igreja Católica no Brasil. No curso da atuação das ordens, as doações de terras eram frequentes em troca de determinados serviços como, celebração de missas, matrimônio e orações por suas almas e especialmente enterro de entes queridos dentro das igrejas. Concessões a um santo padroeiro, depositado na fé também costumavam acontecer, fazendo das ordens, agentes determinantes no processo de parcelamento do solo urbano durante a evolução das cidades.

A oficialização da aglomeração se dava pela presença sacerdotal na capela como um elo entre a Igreja e o Estado com os devidos cuidados para expansão do aglomerado, tornando-se mais tarde em freguesia (MARX, 1991). Todavia, para a construção do templo era necessário a doação de um patrimônio, geralmente doado pelos maiores detentores de terras, além de outras concessões menores feitas pelos fiéis para a construção e manutenção da Igreja. Com o passar do tempo, a população do lugar aumentava, exigindo uma nova reconfiguração dos espaços e adaptações em face do desenvolvimento da economia, melhor fluxo de pessoas e mercadorias, implicando na mudança de status para Igreja matriz. Conforme afirma Marx (1991), a freguesia tinha que ser autônoma e manter-se ativa e capaz politicamente e administrativamente, adquirindo o assim o estatuto de vila. No que cerne, as concessões de terras, estas ocorriam semelhantemente ao sistema de sesmarias, onde se doavam terras para aqueles que tivessem a capacidade produtiva, em especial aos agricultores e famílias nobres da época. Com efeito, a estruturação do espaço urbano e sua morfologia perpassaram ao longo da colônia no vínculo da Igreja Católica e demais agentes, a saber, os nativos, a população e a nobreza e especificamente segundo os interesses destes, como fator preponderante das novas formações, freguesias, vilas e por fim no surgimento das primeiras cidades. Do ponto de vista urbano, o perfil empreender das ordens foi marcante na

abertura de vias para carroças e pessoa, trabalhando com melhoramentos urbanos e construção de habitações. O maior patrimônio herdado do período colonial, certamente foi a terra, a propriedade fundiária.

Do ponto de vista expansionista da aglomeração, a relação com outros agentes acabaram conferindo transformações na vida cidadina, refletindo de certo, na estrutura do espaço urbano, apresentando mudanças nos usos que se dava a esse espaço, na forma que este adquire no processo evolutivo da cidade e notadamente na função deste mediante a uma manutenção secular do domínio e posse da terra, conferindo valor pecuniário para a Igreja a partir da nova estrutura fundiária desse espaço (TEIXEIRA, 2009).

O espaço material não encerra em si nenhum valor. O valor, ou melhor, os valores conferidos a um espaço resultam da dimensão social desse espaço, isto é, das classes e categorias sociais que o utilizam. É o uso dele ao longo do tempo que lhe confere outro sentido. Quanto à forma organização do espaço urbano propriamente dito e de seus equipamentos, assim como elementos de sua forma e de sua disposição, conferem ou não um valor sagrado a esse espaço. A função urbana se refere precisamente às motivações para o surgimento das localidades que se transformaram ao longo do desenvolvimento histórico das aglomerações. (TEIXEIRA, 2009. p.34 e 35).

Importa mencionar que apesar da manutenção secular do domínio da propriedade clerical, com a evolução das aglomerações, a relação população, Igreja e Estado em parte apresentou conflito no campo da propriedade, como a expropriação pela Coroa ou vendas de terras eclesiásticas para construção de edificações religiosas, (TEIXEIRA, 2009). Essa relação era bastante conflituosa, principalmente no tocante a propriedade, tendo interferências diretas da Coroa durante a atuação das ordens religiosas na formação das aglomerações (FRIDMAN, 1999). Todavia, de certo modo, a propriedade e o domínio fundiário eclesiástico, perpassado ao longo dos séculos, remanescem no cotidiano das cidades, seja na formação do território, na vida social e na participação e produção do espaço, confluindo na informalidade urbana.

3. PAU DOS FERROS: OCUPAÇÃO E SACRALIZAÇÃO

No período colonial, na então Capitania do Rio Grande, os colonizadores, ao adentrarem o país, se estabeleciam onde fosse mais conveniente, tendo a liberdade de vagar pela região. Segundo Luciene Souza (2006), esse método de colonização era comum àquela época em todo o território nacional, tornando o sistema de distribuição de sesmarias bastante desorganizado. Ao seguir a tendência das povoações se estabelecerem nas proximidades de águas, principalmente rios, até início do século XIX as ribeiras eram as principais referências para definição dos limites regionais. Nesse período ainda, eram as paróquias locais as responsáveis pela validação oficial das sesmarias adquiridas, cabendo aos vigários ou párocos das igrejas subscreverem, além das certidões, os registros de terras: era a união entre Religião Católica e Estado em caráter oficial (DINIZ, 2005).

Assim, a Capitania do Rio Grande, durante a segunda metade do século XVIII, dispunha das ribeiras do Potengi, do Assu, do Seridó e do Apodi. É partindo da Serra dos Cabeços do Apodi, futura Serra de Portalegre, que os territórios em estudo neste trabalho vão se singularizando no contexto regional.

Os esforços empreendidos pela Coroa Portuguesa à conquista dos sertões de sua colônia promoveram a formação de espaços diversos, unidos por um só

desígnio: efetivar o poder do Rei lusitano nos quatro cantos de sua colônia (CAVALCANTE et al, 2010, p.15).

A ideia de penetração para o interior foi feita a partir dos núcleos colônias próximos aos territórios do Pernambuco, Bahia e São Vicente, no intuito de escravizar os índios e procura de vastas pastagens para o gado no Nordeste. Nesse cenário de oferta de campos verdes para as atividades agropecuárias, surgiram grandes fazendas e proprietários de terras, que posteriormente tomaram de conta do sertão. Essas sete vilas com as transformações políticas, culturais e socioeconômicas foram divididas para composição política administrativa do Estado do Rio Grande do Norte, Figura 4. Na Vila de Nova Extremoz do Norte, surgiram cidades como, Touro, Ceará Mirim, Rio do Fogo, Pedra Grande e Pureza; Na Vila Nova Princesa: Mossoró, Caraúbas, Assú e Carnaubais; Vila de São José do Rio Grande: Sitio Novo, Tangará e Campo Redondo; Vila Flor: surgiram cidades como, Arez; Vila Nova de Arez: Baía Formosa, Nova Cruz e Montanhas; Vila do Príncipe: Caicó, Serra Negra do Norte, Acari e Jardim do Seridó e finalmente na Vila de Portalegre, cidades como: Portalegre, São Miguel, Água Nova, São Francisco do Oeste e Pau dos Ferros.

À época do surgimento dos núcleos populacionais no sertão da Capitania, todos os territórios enquadrados atualmente como parte do Alto Oeste Potiguar pertenciam a uma única jurisdição, a da Vila de Portalegre. Terceira vila a ser criada no Rio Grande, sendo a primeira na região interiorana. Oficialmente erguida em 08 de dezembro de 1761, a Vila de Portalegre englobava desde os municípios de Apodi, Caraúbas e Janduís, atualmente partes da região do Sertão do Apodi, até São Miguel à oeste, limite com o Ceará, compreendendo toda a região denominada hoje de “trombra do elefante”.

A Vila de Portalegre foi criada para abrigar os índios da Missão do Apodi, recusados por Apodi e Martins por serem considerados danosos pelos criadores de gado da região. Os colonos das duas povoações ofereceram dinheiro em troca do afastamento dos índios de suas terras, ajudando no estabelecimento destes na Serra do Regente, futura Serra de Portalegre. Ao chegarem o Juiz de Fora com os índios da Missão, iniciaram-se os trabalhos para implantação da Vila de Portalegre em 1761 (CAVALCANTE et al, 2010). Dessa forma, com uma população indígena somando 1805 pessoas em 1763, a igreja assumiria papel central na cristianização dos índios. Todavia, até então, a vila ainda não existia como paróquia, apenas como freguesia sob o comando do Frei Fidélis de Partana. Somente em 1764 a Paróquia foi fundada (DIOCESE DE SANTA LUZIA DE MOSSORÓ, 2014).

Mais antiga que a própria cidade, a Paróquia de Pau dos Ferros foi a primeira a ser construída na região Oeste do estado, fundada em 1756. Contudo, a cidade é elevada à categoria de Vila apenas 100 anos depois, ao ser emancipada de Portalegre. A construção da capela foi iniciada em 1738 por mobilização popular, com afrescos de suas autorias, por iniciativa do Ver. José da Fonte e a pedido de um dos pioneiros da cidade (povoação na época), Francisco Marçal, sendo concluída somente em meados da década de 1750, quando se deu a sua inauguração em 19 de dezembro de 1756, elevando a povoação a freguesia e, enfim, tornando-se a Igreja Matriz da freguesia de Pau dos Ferros.

Desse modo, a criação da freguesia de Pau dos Ferros se deu sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, ou seja, em função da construção da Igreja. Enquanto a de Portalegre foi fundada em função da elevação da povoação à Vila pela Coroa. Em todo caso:

Sempre, no sistema de povoamento brasileiro e mesmo ibero-americano, a freguesia antecipa o Município. É o primeiro sinal de valimento demográfico e da fixação de interesses humanos a defender regularmente no plano sagrado.

Anuncia a pequenina Capela que existe um rebanho cristão necessitado de pastor permanente e que as garantias substanciais da economia nascente se tornaram fecundas e garantidoras da estabilidade social e sistemática do povo reunido ou disperso nas lindes da pastorícia (CASCUDO, 1956, pág. 34).

3.1. OCUPAÇÃO E SACRALIZAÇÃO – INÍCIO DO SÉCULO XVIII AO FINAL DO XX

A povoação do território de Pau dos Ferros, cidade de maior expressão política e econômica do Alto Oeste (IBGE, 2010), data nos registros oficiais do século XVIII, quando foi primeiro concedido a Manoel Negrão a data da sesmaria do local à época chamado de Pôdi dos Encantos (LIMA, 1956). Contudo, para Manoel Jácome de Lima (1956), isso é prova evidente que o território fora descoberto no século anterior, mesmo sendo alegado pelos peticionários que eles haviam descoberto a área a custo de “muito trabalho, risco de vida, sacrifício e grandes despesas” (LIMA, 1956, p. 18). Em 1733, foi concedida aos herdeiros do cel. Antônio da Rocha Pitta as datas de sesmaria de “Pao dos Ferros” e “Campo Grande” na Ribeira do Apodi, seriam estes Luiz da Rocha Pitta Deus Dará, Simão da Fonseca Pitta, Francisco da Rocha Pitta e D. Maria Joana. Alguns autores (CASCUDO, 1956; FARIAS, 2015) dizem serem esses os herdeiros não do Antônio, mas de Domingos Gonçalves da Rocha Pitta, o que indica inconsistências na história da cidade que poderão ser melhor tratadas em futuro trabalho.

Ainda em 1733, um outro personagem histórico foi essencial na formação e desenvolvimento da povoação. Francisco Marçal fundou, no local, que posteriormente seria a vila, uma fazenda de gado, cuja localização se tornou ponto de convergência, ajuntamento e consultas entre os vaqueiros da região (AQUINO, 1956). Segundo Cascudo (1956), estava na fazenda de Marçal a árvore que seria posteriormente responsável pelo nome da cidade. Para Lima (1956, p. 19), o aumento da população foi tão considerável que “foi preciso construir uma capela para atender às necessidades espirituais dos habitantes da localidade”. Acredita-se que sua construção tenha sido iniciada em 1738 a pedido do Francisco Marçal e por iniciativa do Reverendo José da Fonte, sendo concluída em 1756, tornando-se Matriz e elevando a povoação à freguesia.

Segundo José Jácome Barreto (1987, pág. 38), assim que foi “criada a freguesia, tornou-se imperativa a necessidade de ser organizado o seu patrimônio”. A primeira doação à Paróquia que se tem conhecimento foi do Coronel Bento Fernandes Lima no dia 25 de março de 1740 na localidade de Pau dos Ferros, ainda no período da construção da Matriz, constando 50 braços de terra, trinta vacas e um touro. Após a conclusão da construção da Matriz em 1756, a freguesia recebeu doações de terras do Capitão-Mor Francisco Soares de Andrade e de Simão da Fonseca Pitta, através de seu Procurador Geral Amaro Ferreira, com 800 braças de frente por 1800 braças de fundo, o equivalente a 696,96 hectares de área. A transcrição dessa doação, feita em 1963, pode ser consultada no 1º Cartório de Imóveis de Pau dos Ferros, no livro 3-C de Transmissões das Transcrições, sob número de ordem de 3.363, fls. 273 e 274, em 28 de junho de 1963 (Figura 01).

Segundo Barreto (1987), logo de sua construção, os vigários a frente da Paróquia passaram a sofrer grandes problemas de ordem financeira, referentes a manter os sacerdotes e à continuação da construção da igreja. Dessa forma, em primeiro de junho de 1760, estando na povoação apenas como um visitante diocesano, o padre Doutor Marcos Soares de Oliveira reuniu os grandes proprietários da região para lhes explicar a necessidade de uma contribuição material para a manutenção da paróquia, ficando deliberado que, aquele que possuísse mais de 50 vacas seria responsável por contribuir, anualmente, com um boi, e aquele que não possuísse as 50 vacas, contribuiria com 3\$000.

Em 1787, o Pe. Manoel Vieira de Lemos Sampaio, também em visita à paróquia, sugeriu ao Vigário Pe. Francisco Benício de Carvalho que construísse nova matriz, transformando o corpo da igreja existente na capela-mor. Para isso, deixava 286\$045 de rendimentos dos “gados da Senhora” em sua propriedade, sugerindo também que aplicasse todo o ouro que lhe entregou o padre missionário, “frei Pedro”. Desde então, todos os visitantes reforçaram que o vigário se esforçasse pela conclusão das obras da Matriz.

Já em 1840, o padre Francisco de Brito Guerra, segundo José Jácome Barreto em seu livro “Pau dos Ferros” (1987, pág. 39) recomenda “o seu zelo (referia-se ao pároco) na continuação das obras de sua matriz que se acha na maior precisão de esforços para ser consumada, bem que tenha suficientes paramentos e vasos sagrados”. Devido a isso, entre outras motivações, o vice-vigário padre Joaquim Manoel de Oliveira, alegando que havia começado o trabalho na capela-mor em 1849, mas que havia parado por falta de recursos o que resultou no abandono da capela até então, informava, em 1853, num ofício dirigido ao Presidente da Província que “a igreja matriz permanecia em estado digno do mais sincero reparo”, concluindo o próprio ofício ao pedir auxílio para os trabalhos da Matriz. Assim, a partir do final da década de 1850, o ofício parece surtir efeito. Em 1858, ainda segundo José Jácome Barreto, a lei nº 415 autorizava o Presidente da Província a desembolsar com as obras da Matriz de Pau dos Ferros até 1:000\$000. Em seguida, veio a lei nº 829, de 7 de fevereiro de 1879, a qual definia no orçamento provincial, dentro da verba de Obras Públicas, a importância de 2:000\$000 para os serviços da Matriz paufferense. Cabe salientar que o Cônego Bernardino José de Queiroz era o representante do município na Assembléia Legislativa Provincial, sendo graças a seus esforços que foi conseguido o auxílio.

Com os anos, vários foram os melhoramentos realizados pelos sacerdotes na Matriz. Em 1915, o Pe. Antônio Vicente da Costa abriu as escadas da Capela mor; o forro da nave central da igreja foi obra do Pe. Osmar Cascudo; e o Padre Militão Benedito de Mendonça construiu ao lado norte da Matriz um jardim, onde instalou um cruzeiro. Mas, é na gestão do Monsenhor Manoel Caminha que a Igreja mais atuou e se fez protagonista na cidade. Maria do Carmo (ver nota de rodapé 04) lembrou que, em 1965, houve um incêndio na matriz que destruiu boa parte do altar, o qual era todo talhado em madeira e possuía uma lâmpada e um turíbulo descritos como “magníficos” pelo cronista potiguar Luís Câmara Cascudo em seu livro “Viajando o Sertão” (2009, pág 37), “são trabalhados em prata do Porto e, possivelmente, um exame mais detalhado faça descobrir a tremata, o P coroado que lhes identificará a procedência. O motivo é o bem brasileiro barroco, o complicado rococó, enramilhetado de desenhos em curvas, anjinhos bochechudos e motivos conchiformes”.

Anos mais tarde, “considerando a necessidade de perfeita harmonia entre os poderes – eclesiástico e civil – e, atendendo às instâncias da municipalidade da vila”, o Vigário Pe. Leôncio Fernandes da Costa (1907 apud BARRETO, 1987, p. 38) cedeu ao município em 1907, por 2:500\$000, os terrenos que estão à montante e jusante do açude público “25 de Março”, sob autorização de D. Aduino Aurélio de Miranda Henriques, Bispo da Paraíba. Segundo site oficial da Família Rêgo em Pau dos Ferros, Teófilo Elpidio de Souza Rêgo fez doação de propriedade a Igreja em 02 de janeiro de 1904, estando a Paróquia no período sob comando do Vigário Pe. Inácio Fernandes da Costa. A cópia na íntegra do Termo de Aforamento, de nº 17, está descrito abaixo:

O Ilmº Coronel Theofilo Elpidio de Souza Rêgo passou no Patrimônio pertencente a Igreja matriz desta Freguezia uma casa a rua Poente com vinte e seis palmos de frente, aforada mediante o pagamento annual de vinte seis por cada palmo, ficando esta matriz com pleno direito ao domínio directo e desapropriação do mesmo terreno, no caso de necessidade ou utilidade da Igreja. Cada Foreio é obrigado a fazer os pagamentos todos os annos nos

termos do Regulamento de Sua Ex.cia o Ilm^o Bispo e está sujeito a dois e meio por cento de Laudêmio, no caso de passar propriedade a outro possuidor. O Ilm^o Coronel Theofilo Elpídio declarou perante mim abaixo assinado aceitar todas as cláusulas do presente termo.

No Termo de Aforamento nº 51, passa uma casa na rua do Rio com quarenta e dois palmos de frente.

Popularmente chamadas de as “terras da santa”, esses terrenos aumentaram, apesar das vendas, trocas e doações ao setor público, graças a uma cultura de doação que se aprofundou na história da cidade, virando tradição entre as grandes famílias e tornando a instituição um dos grandes poderes políticos e, possivelmente, econômicos, do município.

A influência da Igreja Católica em Pau dos Ferros na história é perceptível durante todo o desenvolvimento da cidade: pela construção das primeiras casas de parto da cidade, com destaque para a Maternidade Santa Luzia de Marilac, criando em seguida a Liga de Assistência Social da Paróquia de Pau dos Ferros para administrá-los; pela criação do primeiro Círculo Operário da cidade em 1951, por iniciativa do Cônego Manoel Caminha, com assistência médica, dentária (LIMA, 1956), que defendia que “ao falar-se de trabalho e de progresso, não pode prescindir-se, não deve prescindir-se da crença; porque quem não crê não trabalha, e quem não trabalha não progride” (LIMA, 1956, p. 107); pela idealização e fundação do Patronato Alfredo Fernandes também por Caminha, inaugurado em 1953, e dirigido pelas irmãs de São Vicente de Paula (DEODATO & MEDEIROS NETA, 2012).

Em entrevista realizada no dia 29 de junho de 2016, o ex-prefeito José Edmilson de Holanda destacou o importante papel da Igreja na história da cidade, tanto com iniciativas visando à população, bem como sua interferência política, ao tomarem partido nas campanhas eleitorais, atribuindo caráter divino às campanhas que apoiavam. Mais comum nas gestões anteriores, o ex-prefeito frisa que não teve tal problema em suas gestões, ressaltando sua boa relação com o Cônego Manoel Caminha e a facilidade de conseguir os terrenos que necessitava para obras públicas por doação da Paróquia.

4. SECULARIZAÇÃO – FINAL DO SÉCULO XX

Em 1956, iniciam-se os preparativos para o bi-centenário da Paróquia e centenário de Pau dos Ferros, quando foi inaugurado o Obelisco, símbolo da intrínseca relação igreja-estado na cidade. Quarenta anos depois, frente ao crescimento da cidade, o obelisco vem paulatinamente perdendo sua monumentalidade, já tendo sido ultrapassado por prédios ao seu redor. A igreja, por outro lado, soube se adaptar às novas transformações.

O município passa por um processo de expansão horizontal e desenvolvimento econômico como várias cidades do mundo. Todavia, a maioria dessas cidades se encaminham a uma completa separação entre Igreja e Estado, uns mais avançados que os outros, num processo de secularização experimentado no mundo todo como consequência da modernização dos meios e dos espaços. Na contramão, Pau dos Ferros ainda tem essa relação Igreja-Estado pouco definida e compreendida, guardando traços “medievais” até os dias atuais, como o laudêmio cobrado anualmente à população e, na aquisição de qualquer terreno, o interessado ter que o comprar duas vezes, à Paróquia e à Prefeitura.

Figura 02:1 A cidade à sombra da Igreja



FONTE: Foto por Ana Lígia P. Sampaio - 16.11.2016

Em termos de preservação do patrimônio, a estética da Igreja, de tão remodelada, apenas guarda traços e uma forma geral do que foi um dia, sendo uma perda para o estilo chão que era tão representante. Cascudo, em visita à região, chegou a afirmar em seu livro, “Viajando o Sertão”, que:

As de Luís Gomes e Pau dos Ferros guardam traços deliciosos. (...) A de Pau dos Ferros é mais imponente com seu frontão singelo mas equilibrado e sério. (...) As igrejas outras, Assu, Ceará-Mirim, Mossoró, Caicó, não têm história em suas paredes, vinte vezes alteradas. Tanto podiam estar no Nordeste brasileiro como na Austrália. Nada têm de nós porque as despojaram de suas heranças de cem anos (CASCUDO, 2009, pág. 36 e 37).

Sua fachada e seu altar, também elogiado por Cascudo (2009), passaram por sucessivas reformas, assim como sua estrutura, sempre com apoio e recursos populares. Isso pode ser compreendido em termos de estratégia de modernização para captar novos fiéis, a mesma do Vaticano com seu novo pontífice, que melhor representa os anseios dessa sociedade moderna, globalizada e multicultural (CHADE, 2016). É possível que, na verdade, esteja revelando sua preocupação em manter sua hegemonia religiosa, política e até territorial, longe de ser apenas história, mas como parte vivente e atuante da cidade como um organismo vivo e ainda em transformação na manutenção de sua influência de mais de 250. Para o atual prefeito da cidade, Fabrício Torquato⁹, sua reforma deu novo ânimo aos católicos da cidade, levantando a auto estima e reforçando a identidade local.

Figura 02: Transformações da fachada da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Pau dos Ferros

Fonte: LIMA, 1956; Foto por Vicente A. Queiroz, 2009; Foto por Marcos Elias, 2016



Figura 03: Reformas do altar (da esquerda para a direita) - até 1969, de 1969 a 1999, de 1999 a 2011, de 2011 até hoje



FONTE: culturapauferrense.blogspot.com.br

Seu processo de secularização, diferenciado em comparação às outras cidades de fundação semelhante, é respaldada pela forte religiosidade e alimentada pela consistente e constante atuação da instituição na história, através de suas obras e protagonismo político. Entre os pontos que podem ser destacados estão: a manutenção de um mesmo centro desde os primórdios até a atualidade, tornando-a sempre central; sua monumentalidade arquitetônica e a simbologia de sua história marcada em seus traços e em suas reformas, que a engrandece perante a população; e à sua constante renovação para atender aos anseios de modernidade da população, quando foi construída sem torre alguma e hoje possui duas, completamente remodelada para se tornar acessível e de acabamento mais sofisticado.

Figura 04 e 05: Panoramas do centro de Pau dos Ferros em 2009 e em 2014



Fonte: Fotos por Hudson Higo, 2009; Franskin Leite, 2014.

Recém-reformada e completamente revitalizada, vê de cima a Câmara Municipal e a Prefeitura devido à sua localização estratégica no ponto mais alto da cidade e à sua monumentalidade, sensação ampliada pelo grande largo à frente e a praça ao lado, a praça da Matriz, remodelada recentemente, onde está o marco de fundação da cidade, o Obelisco. Mesmo com o município em pleno crescimento, e ainda sem instrumentos de controle urbano, o gabarito dos edifícios ao redor respeitam as torres da Igreja, em parte impedidos de crescer verticalmente até recentemente pela

falta de corpo de bombeiros como também pela ampla possibilidade de crescimento horizontal disponível. Ou seja, até hoje as torres da Igreja ainda são o principal marco vertical da cidade.

De forma auxiliar, a intangibilidade das “terras da santa”, talvez pelo caráter divino adquirido, garante a elas um ar de “intocáveis” até hoje. Apesar da renda que recebe dessas terras, não há cobrança nem tributação à paróquia, sendo de difícil compreensão como é tratado juridicamente em Pau dos Ferros. Mas, é importante ressaltar que a paróquia é bastante organizada em suas documentações, inclusive na elaboração dos contratos e na sua contabilização, mantendo os registros da história da cidade em seus arquivos. De acesso restrito, são registros que nem órgãos públicos dispõe, perdidos ao longo das administrações, garantindo à Igreja o monopólio dessas informações e da história da cidade. Nessa era da globalização e do conhecimento, o poder está no controle das informações, pois “o conhecimento é em si mesmo um poder”¹⁰.

5. A QUESTÃO FUNDIÁRIA

O patrimônio da Igreja durante todos esses anos de história brasileira em diversas cidades tem sido utilizado para constituição de novos parcelamentos, novos usos que perpassaram com as transformações sócias e políticas que o país atravessou em sua jornada, especificamente no que diz respeito à propriedade. Se por um lado esse patrimônio conformou as cidades modificando sua paisagem urbana conforme salientou diversos autores, por outro lado, esse mesmo patrimônio tem sido motivos dos problemas de ordem urbana jurídica e social nas cidades.

No campo fundiário, por exemplo, presencia-se cada vez mais a informalidade urbana em extensas áreas consolidadas construídas em terras eclesíásticas, pois a Igreja Católica apesar de ter cedido o direito de uso e domínio útil para a população construir edificações residenciais e até mesmo comerciais, apenas perpetua a enfiteuse de suas posses, permanecendo ainda como senhora e dona efetiva da terra. Isso implica em dizer que o patrimônio fundiário eclesíástico, segrega o espaço e as camadas sociais da população especialmente as de menor estatuto social. Complementa a assertiva um trecho de (TEIXEIRA, 2009. p.392 e 393):

A questão fundiária não pode ser compreendida fora da relação que se estabeleceu entre Igreja e o Estado; Essa união indissociável está na origem do padroado, acordo de direitos e deveres recíprocos entre a Igreja e o Estado, instituído no Brasil em meados do século XVI, que consiste no dever do Estado em estimular, por seus próprios meios, a obra da organização da Igreja Católica no Novo mundo e sua cristianização, como contrapartida pelo direito temporal sobre as terras descobertas. Em outras palavras, tratava-se da legitimação da conquista, que somente a Igreja podia conceder naquele período histórico.

Tomando as referências de Teixeira, caberia a Igreja e somente a ela, o papel de gerir o novo território, com seus dogmas e sua política catequizadora, mas também pela sua ideologia dominante e propagação da fé cristã entre os nativos. Ocorre que na relação entre o Estado e a Igreja, observam-se duas dimensões mesmo em épocas diferentes, se mantiveram e se mantêm inertes no tocante ao domínio e perpetuação do clientelismo, pois nesse sentido sempre haverá os excluídos, os pobres que não possuem condições econômicas para compra de terras. O que nos leva a conclusão de que dentre os agentes sociais da produção do espaço, os velhos e novos agentes nada mais fazem do que cultivar em terreno fértil, servos para seu senhorio e domínio.

¹⁰ BACON, Francis. *Meditationes sacrae*. Tradução. Londini: Excusum impensis Humfredi Hooper, 1597.

Neste sentido, a compreensão urbana das cidades passa pela dimensão histórica da constituição fundiária, na busca do entendimento dos reais problemas socioespaciais decorrente da ação dos agentes. A igreja sempre esteve presente, seja na administração local das aglomerações ou até mesmo na relação mais próxima com a população na já incorporada pelo povo, à fé católica e todos seus dogmas.

Para Raffestin (1993), assim como a língua, a religião também pode ser concebida como um instrumento de múltiplas e complexas funções, um “instrumento de comunicação, mas também, e até mesmo na essência, um instrumento de comunhão, manipulado pelas organizações” (RAFFESTIN, 1993, p. 120). Tal instrumento, dito sagrado, pode ser considerado “uma propriedade estável ou efêmera a certos seres (o rei, o padre), a certos espaços (o templo, a igreja, o altar), a certos tempos (o domingo, o dia de Páscoa, de Natal). Porém, Raffestin destaca que assim como há um trabalho profano, há também um trabalho sagrado, se há um trabalho linguístico, há em conjunto um trabalho religioso. Dessa maneira, a sua atuação deve ser compreendida como um conjunto de ações bem articuladas que atrela língua e religião e, quando vinculado a outras propriedades, sejam efêmeras ou não, adquirem novos sentidos. Essa sua concepção como instrumento de múltiplas funções garante sua influência não só no âmbito espiritual, mas adentra o político, na área dos grandes discursos e da retórica. No caso de Pau dos Ferros, vale para o executivo, o legislativo e o judiciário, constituindo uma constante em comum a todos esses poderes.

CONCLUSÃO

A influência do elemento religioso na compreensão popular da natureza reflete a relação entre religião e espaço: como criador da terra e dos homens, qualquer acontecimento é fruto da vontade divina e justificado pela ação daqueles que ali vivem. Esse princípio é difundido no sertão desde o século XVIII pelos missionários em sua cristianização da terra e da gente como “mecanismo privilegiado de colonização” (FERNANDES, 2003, p. 04). Nesse quadro, a “Igreja, ligada ao Estado era um instrumento de urbanização face a uma política genérica e evasiva da Coroa, em relação ao planejamento, construção ou ordenamento das cidades coloniais” (ROCHA, 2008, p.03). Tal mecanismo é capaz ainda de intensificar o sentimento de pertencimento e de identidade do sertanejo com a região, na construção de hábitos e costumes ligados às particularidades de suas origens, construindo aspectos culturais e sociais comuns ao espaço e exemplificando as profundas e antigas relações entre religião, poder e território.

No caso de Pau dos Ferros, povoação nascida da criação de gado, do comércio e consolidada pela religiosidade, além de seu poder espiritual, a Igreja ainda tem para si grande poder econômico, político e territorial. Caracterizada pela acumulação material e de símbolos, mesmo em constante crescimento e transformação, o processo histórico de estruturação da cidade é fortemente marcada pela instituição eclesiástica por meio tanto dos elementos visíveis, construídos, como sua capela, praças, seus centros de saúde, quanto dos invisíveis, sua representação e posses de terra.

Dessa forma, por questões histórico-culturais intrínsecos à cidade, a Igreja mantém sua influência na cidade até hoje, a paisagem religiosa do centro da cidade se integra ao cotidiano da população, sugerindo a aproximação do contato deste com o sagrado e contribuindo para reforçar ou reafirmar sua identidade seja como indivíduo ou como grupo. Tanto a arquitetura, quanto a localização, a estética, a monumentalidade, os símbolos e mesmo os sentidos daqueles que interagem com a instituição contribuem na amplificação dessa percepção em Pau dos Ferros e tardiam seu processo de secularização. Materializada em sua Matriz, a instituição teve e

permanece tendo papel determinante na história da cidade tanto como instituição como parte vivente, cujas atuações estão refletidas na malha e urbanidade de Pau dos Ferros.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Jefferson Correia de. Panorama de Pau dos ferros. In: **Revista comemorativa do bi-centenário da paróquia e centenário do município de Pau dos Ferros (1756 - 1856- 1956)**. Natal: Centro de Imprensa S. A., 1956. p.39-44.
- BARRETO, José Jácome. **Pau dos Ferros: história, tradição e realidade**. Natal: Clima, 1987.
- CASCUDO, Luís Câmara. O 2º centenário da quinta freguesia do Rio Grande do Norte. In: Revista comemorativa do bi-centenário da paróquia e centenário do município de Pau dos Ferros (1756 - 1856- 1956). Natal: Centro de Imprensa S. A., 1956. p.31-34.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Viajando o Sertão**. 4.d. São Paulo: Global: 2009.
- CAVALCANTE, Maria Bernadete; DIAS, Thiago Alves; DINIZ, Mônica (Org.). **Portalegre do Brasil: história e desenvolvimento – 250 anos de fundação de Portalegre**. Natal,: EDUFRN, 2010.
- CHADE, Jamil. Aumenta número de católicos no mundo, diz Vaticano. São Paulo, O Estado de S. Paulo, 2016. Disponível em: <<http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,aumenta-numero-de-catolicos-no-mundo--diz-vaticano,1847942>>. Acesso em: 5 set. 2016.
- FERNANDES, Edésio. et al. **Regularização fundiária plena, referências conceituais**. Brasília. Ministério das Cidades. 2007.
- FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.: Garamond, 1999.
- LIMA, Manoel Jácome de; Município de Pau dos Ferros. In: **Revista comemorativa do bi-centenário da paróquia e do centenário do município de Pau dos Ferros**. Natal: Centro de Imprensa S. A., 1956. p.17-30.
- MARX, Murillo. **Cidade no Brasil**, Terra de quem? São Paulo: Edusp/Nobel, 1991.
- PONCIANO, Nilton Paulo. **O Papel da Religião no Cotidiano de uma Cidade em Formação: Um Olhar Sobre a Presença da Igreja Católica em Fátima do Sul/ MS (1943-1965)**. Assis: UNESP, 2006.
- ROCHA, Ronaldo H. Giovanini. A Influência da Igreja Católica nas Políticas Urbanas nas Minas Gerais. In: SIMPÓSIO DA ABHR-SP,10. SAEPE, 2008. **Anais eletrônicos...** p. 94-94.
- TEIXEIRA, Rubenilson B. **Da cidade de Deus à cidade dos homens: a secularização do uso, da forma e da função urbana**. Natal: EDUFRN, 2009.